

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE LOUVEIRA/SP.

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO de bem IMÓVEL e de INTIMAÇÃO dos executados **LINDINALVA DE CÁSSIA EUFRÁSIO** (CPF/MF 252.864.248-21), **ANTONIO RICARDO PELLISSON DE OLIVEIRA** (CPF/MF 150.030.338-00); do credor tributário **FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DE MORUNGABA/SP**; e demais interessados.

A MM^a. Juíza de Direito do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Louveira, Estado de São Paulo, Dra. Maria Claudia Ferreira Rezende, na forma da lei:

FAZ SABER, aos que o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, processa-se a **EXECUÇÃO DE TÍTULO DE EXTRAJUDICIAL** que **CLÁUDIO DONISETE RUSSONI** move contra **LINDINALVA DE CÁSSIA EUFRÁSIO** e **ANTONIO RICARDO PELLISSON DE OLIVEIRA** – Processo nº **1001727-05.2022.8.26.0681**, tendo sido designada a venda do(s) bem(ns) descrito(s) abaixo, de acordo com as regras dispostas na Lei nº 13.105/15 (Código de Processo Civil), nas NSCGJ do TJSP, na Resolução nº 236/2016 do CNJ, e nas condições de venda a seguir expostas, disponíveis no site www.leiloei.com.

DO LEILÃO – O leilão será realizado por MEIO ELETRÔNICO, os lances poderão ser ofertados através do Portal www.leiloei.com.

O 1º leilão terá início no dia **31/08/2026**, às **14h30**, encerrando-se no dia **03/09/2026**, às **14h30**.

Não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação do(s) bem(ns) no 1º leilão, o 2º leilão seguir-se-á sem interrupção, com término no dia **24/09/2026**, às **14h30** (horários de Brasília/DF).

Nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 887 do Código de Processo Civil, a fim de dar maior publicidade ao leilão, o Edital será publicado na modalidade eletrônica no Portal www.leiloei.com, com, no mínimo, 10 (dez) dias de antecedência a contar da data do início do leilão.

A publicação deste Edital supre eventual insucesso das cientificações pessoais dos interessados, nos termos do § único, do art. 889, do CPC.

DO CONDUTOR DO LEILÃO – O leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. FELIPE NUNES GOMES TEIXEIRA BIGNARDI, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o nº 950, através da plataforma eletrônica LEILOEI.COM www.leiloei.com, e também, seguindo integralmente os termos e condições do presente Edital de Leilão, será divulgado simultaneamente, de forma não exclusiva e em suas respectivas praças de atuação, pelos Leiloeiros Públicos Oficiais integrantes da rede colaborativa Leilão Comprova® - <https://comunidades.bomvalor.com.br/leiloeiros-oficiais/>, do canal MERCADO BOMVALOR, todos devidamente credenciados nas Juntas Comerciais e E. Tribunais de Justiça do Estado de atuação.



DO(S) BEM(NS) – O(s) bem(ns) será(ão) vendido(s) em caráter "AD CORPUS" e no estado de conservação em que se encontra(m), sem garantias. As fotos e a descrição detalhada do(s) bem(ns) a ser(em) apregoado(s) estão disponíveis no Portal www.leiloei.com.

DA VISITAÇÃO – Constitui ônus dos interessados examinar previamente o(s) bem(ns) a ser(em) apregoado(s). As visitas, quando autorizadas, deverão ser previamente agendadas por e-mail: visitacao@leiloei.com.

DA TRANSFERÊNCIA/RETIRADA – Caberá ao(s) arrematante(s) providenciar todas as medidas necessárias à transferência, registro, desmontagem, remoção e transporte do(s) bem(ns) arrematado(s), inclusive baixa de gravames e imissão de posse, quer seja por meio de profissionais contratados (despachantes, advogados etc.) e/ou diretamente junto aos Órgãos competentes, incorrendo por conta deste as despesas e os custos relativos.

DOS DÉBITOS – Eventuais débitos que recaiam sobre o(s) bem(ns), correrão por conta do arrematante, ressalvados aqueles de natureza *propter rem*, que se sub-rogam sobre o respectivo preço, nos termos do §1º, do art. 908 do Código de Processo Civil e art. 130, § único, do Código Tributário Nacional, observada a ordem de preferência.

DA DEPRECIAÇÃO – No 1º leilão, o valor mínimo para a venda do(s) bem(ns) apregoado(s) será o valor da avaliação judicial atualizado. No 2º leilão, não serão aceitos lances inferiores a 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação judicial atualizado, salvo prévia e expressa autorização do D. Juízo.

DO PAGAMENTO – O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do(s) lote(s) arrematado(s), deduzido o valor da caução ofertada, se o caso, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento do leilão, por meio de guia de depósito judicial vinculada ao processo, sob as penas da lei, da desconsideração da proposta e aplicação da sanção prevista no art. 897 do CPC.

DA PROPOSTA DE PARCELAMENTO – Caso não haja propostas para pagamento à vista, serão admitidas propostas escritas de arrematação parcelada, sendo necessário sinal não inferior a 60% do valor da proposta, e o restante em até 30 meses, mediante correção mensal pelo índice do E. TJ/SP, acompanhadas de garantia, que serão submetidas ao Juízo para aprovação (Art. 895, do CPC).

DA COMISSÃO DO LEILOEIRO OFICIAL – O arrematante deverá pagar ao Leiloeiro Oficial, a título de comissão, em até 24 (vinte e quatro) horas a contar do encerramento do leilão, por meio de guia de depósito judicial vinculada ao processo, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) do preço de arrematação do(s) bem(ns), que não se inclui no preço do lance. Após a realização dos depósitos, o arrematante deverá encaminhar o respectivo comprovante ao e-mail cobranca@leiloei.com, para que esses documentos sejam juntados aos autos do processo. A comissão não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial, por razões alheias à vontade do arrematante. Decorrido o prazo sem que o arrematante tenha efetuado os pagamentos, tal informação será encaminhada ao D. Juízo competente para aplicação das medidas legais, cíveis e criminais, cabíveis.



Conheça todos os Leiloeiros Oficiais credenciados
na Rede Colaborativa Mercado Bomvalor*



DA ARREMATAÇÃO PELO EXEQUENTE – O exequente participará do leilão na forma da lei e em igualdade de condições. Sendo o único credor, ficará dispensado da exibição do preço, até o valor atualizado do débito. Deverá, contudo, depositar a diferença em até 03 dias, sob as penas da lei e de se tornar sem efeito a arrematação, nos termos do Art. 892, § 1º, do CPC. A arrematação pelo crédito não dispensa o credor do pagamento da comissão do leiloeiro, que não se inclui no preço da arrematação.

DA ADJUDICAÇÃO – Na hipótese de adjudicação do(s) bem(ns) pelo Exequente, este ficará responsável pelo reembolso das despesas incorridas pelo leiloeiro.

DO ACORDO – Em caso de acordo, remissão ou satisfação da obrigação, com a consequente suspensão do leilão, fica o(a) Executado(a), ou quem o D. Juízo indicar, obrigado(a) a reembolsar as despesas incorridas pelo leiloeiro.

Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal www.leiloei.com. Em caso de eventuais dúvidas ou esclarecimentos, e-mail contato@leiloei.com ou telefones (11) 3422-5998 e (11) 97616-1618.

RELAÇÃO DE BEM(NS) – IMÓVEL, constituído por um TERRENO na RUA JOSÉ CARLOS SERAFIM, constituído pelo LOTE 08-B, destacado do LOTE 08, situado no perímetro urbano da cidade de Morungaba, desta comarca de Itatiba, medindo 5,00m de frente para a referida rua; 30,00m do lado direito, de quem do terreno olha para a rua, confrontando com o lote 09; 30,00m do lado esquerdo, confrontando com o lote 08-A; e 5,00m nos fundos, confrontando com José Marinho da Silva Neto, encerrando a área de 150,00m². Inscrição imobiliária nº 10801041. Matrícula nº 38.714 do Cartório de Registro de Imóveis de Itatiba/SP.

BENFEITORIAS – De acordo com a Av. 04 da referida matrícula consta a edificação de uma CASA RESIDENCIAL, que recebeu o nº 206 da RUA JOSÉ CARLOS SERAFIM, com a área construída de 96,80m².

AVALIAÇÃO – R\$ 300.000,00 (dezembro/2024 – fls. 389/409 dos autos)

AVALIAÇÃO ATUALIZADA – R\$ 323.801,84 (junho/2026).

ÔNUS – Consta da referida matrícula, conforme **R. 05** (02/01/2014) - Alienação fiduciária em favor de BANCO BRADESCO S.A (QUITADO – fls. 226); e **Av. 09** (26/06/2024) - Penhora exequenda.

Não constam nos autos recurso ou causa pendente de julgamento.

DÉBITOS FISCAIS – R\$ 3,571.15, referentes a débitos tributários dos exercícios de 2020-2022, em execução – Processo nº **1501546-46.2023.8.26.0281 (EXTINTO)**, ajuizado perante o SEF - SETOR DE EXECUÇÕES FISCAIS da Comarca de Itatiba/SP; 2023-2025, inscritos em dívida ativa; e ao exercício vigente (2026), em aberto, conforme pesquisa realizada perante a Prefeitura de MORUNGABA/SP, em 29/06/2026.



Conheça todos os Leiloeiros Oficiais credenciados
na Rede Colaborativa Mercado Bomvalor*



DÉBITO EXEQUENDO – R\$ 76.477,83 (fevereiro/2026 – fls. 504/507).

***Todos os débitos serão atualizados até a data da alienação.**

E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Louveira, Estado de São Paulo.

Louveira, 29 de junho de 2026.

**DRA. MARIA CLAUDIA FERREIRA REZENDE
JUÍZA DE DIREITO**





Cálculo de Atualização Monetária

Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	ATUALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO
Valor Nominal	R\$ 300.000,00
Indexador e metodologia de cálculo	TJSP (INPC/IPCA-15 - Lei 14905) - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Dezembro/2024 a Junho/2026
Dados calculados	
Fator de correção do período	547 dias1,079339
Percentual correspondente	547 dias7,933948 %
Valor corrigido para 01/06/2026	(=)R\$ 323.801,84
Sub Total	(=)R\$ 323.801,84
Valor total	(=)R\$ 323.801,84

[Retornar](#) [Imprimir](#)